

RESENHA

JANTSCH, Ari Paulo; BIANCHETTI, Lucídio (org.). *Interdisciplinaridade: para além da Filosofia do Sujeito*. 9ª ed. Petrópolis: Vozes, 2011. 208 p.

Luri Braga Alonso¹
Universidade Federal de Goiás

Cleyton Ferreira de Souza²
Universidade Federal de Goiás

Marcos Vinícius Ferreira Vilela³
Universidade Federal de Goiás



A obra coletiva *Interdisciplinaridade: para além da filosofia do sujeito* é uma coletânea de textos escritos por importantes estudiosos do campo da Filosofia, da Epistemologia e da Pedagogia, que se propõe a refletir sobre a relação entre educação e interdisciplinaridade. No decurso dos dez capítulos que compõem o livro, os estudiosos trazem importantes contribuições para a elaboração de uma concepção crítica de interdisciplinaridade. Essa nova visão se contrapõe à concepção hegemônica que, segundo os autores, se consubstancia na “filosofia do sujeito”, a qual tende a privilegiar a ação do sujeito sobre o objeto do conhecimento.

¹Licencianda em Ciências Biológicas na Universidade Federal de Goiás (UFG), Goiânia, Goiás, Brasil. E-mail: luribraga@discente.ufg.br; Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4522795980604724>; ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5966-474X>.

² Licenciado em Ciências Biológicas na Universidade Federal de Goiás (UFG), Goiânia, Goiás, Brasil. E-mail: cl3yton_ferreira@egresso.ufg.br; Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1038228392397434>; ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1862-0577>.

³Doutor em Educação em Ciências e Matemática pela Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT/REAMEC); professor do Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências e Matemática da Universidade Federal de Goiás (UFG). E-mail: marcos.vilela@ufg.br; Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6872321031142967>; ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8437-7646>.

A obra coletiva *Interdisciplinaridade: para além da filosofia do sujeito* (2011), em sua 9ª edição, nos convida a fazer uma análise crítica sobre as concepções que permeiam as discussões a respeito da interdisciplinaridade no Brasil. Tais concepções, denominadas pelos autores de “hegemônicas”, defendem a interdisciplina como alternativa ao problema da fragmentação do conhecimento. Nesse sentido, por meio da prática interdisciplinar, seria possível fazer o ‘caminho de volta’ em busca da unidade do conhecimento perdida. Todavia, os autores entendem que essa ideia sobre interdisciplinaridade surge em decorrência de uma equivocada “filosofia do sujeito”. Em oposição a esse modo de conceber a interdisciplinaridade, é que a maioria dos articulistas dessa obra elabora seus argumentos e expõe as suas concepções.

É importante aqui salientar que, apesar das críticas à concepção hegemônica, os autores frisam que a obra não tem o intuito de estabelecer polarizações ou de chegar a um denominador comum sobre o objeto interdisciplinaridade. Ela tem, sim, o intuito de reforçar princípios da diversidade e criatividade, estabelecendo um debate dentro da própria concepção histórica e externamente a ela.

Ari Paulo Jantsch e Lucídio Bianchetti, além de organizadores da obra, são autores de três capítulos: “Interdisciplinaridade para além da filosofia do sujeito” (mesmo título do livro), “Imanência, História e Interdisciplinaridade” e “Universidade e interdisciplinaridade”. Nesses capítulos, os autores defendem que, ao se falar sobre interdisciplinaridade, deve-se considerar fundamentalmente a materialidade histórica dos conhecimentos que se pretende religar.

Afirmando que o caráter a-histórico advém centralmente da filosofia do sujeito, os autores criticam a concepção hegemônica, sobretudo, no aspecto em que essa concepção leva ao entendimento de que a mera vontade de um sujeito coletivo seria o suficiente para motivar e sustentar a ocorrência de uma prática interdisciplinar. Ademais, afirmam que a necessidade de articulação dos diferentes saberes impõe-se pela materialidade histórica atual, e não pela necessidade da recuperação de uma unidade do conhecimento perdida a partir da Idade Moderna.

Gaudêncio Frigotto contribui com essa discussão por meio do capítulo “A interdisciplinaridade como necessidade e como problema nas ciências sociais”. Segundo o autor, não seria possível tratar do objeto interdisciplinaridade no campo da educação sem que esse processo ocorra no âmbito das ciências sociais. Desse modo, o autor propõe o seguinte movimento para que se possa apreender o objeto interdisciplinaridade: “Trata-se de apreender a interdisciplinaridade como uma necessidade (algo que historicamente se põe como imperativo) e como problema (algo que se impõe como desafio a ser decifrado)” (FRIGOTTO, 2011, p. 35).

De acordo com o autor, a interdisciplinaridade torna-se necessária visto que a investigação de um determinado objeto não pode ocorrer de modo apartado da realidade em que se insere. Nessa perspectiva, há de se considerar as múltiplas dimensões que o constituem. De modo a ascender a essa totalidade, o autor propõe que caminhemos metodologicamente do sincrético (realidade abstrata e caótica) ao sintético (realidade concreta). Nesse ínterim, ao apreender a realidade concreta, em suas múltiplas relações e determinações, estaríamos atuando de modo interdisciplinar.

Todavia, ao mesmo tempo em que a interdisciplinaridade é apontada como uma necessidade, ela também se torna um problema quando assumimos o desafio de promover uma investigação ou uma prática pedagógica interdisciplinar. Segundo o autor, existem três grandes obstáculos ao trabalho interdisciplinar: os próprios limites do sujeito na busca por estruturar o conhecimento a partir da realidade, a condição complexa dessa realidade e a sua materialidade histórica. De acordo com Frigotto, essas dificuldades são amplificadas em decorrência do estado de alienação do homem, inserido no interior de uma sociedade de classes estabelecida em decorrência do sistema capitalista.

Norberto Jacob Etges expressa a sua concepção de interdisciplinaridade por meio do capítulo intitulado “Ciência, interdisciplinaridade e educação”. Por certo, consideramos que esse seja o capítulo mais denso da obra. Por meio de uma análise minuciosa, o autor nos convida a uma rediscussão sobre as condições concretas de construção do conhecimento científico.

Para Etges (2011), o conhecimento científico verdadeiro não é aquele que representa, de forma inequívoca, o mundo externo sobre o qual se busca apreender. Outrossim, a sua produção não ocorre por meio de uma contemplação empírica do mundo. Para o autor, os constructos científicos são “reorganizações do mundo congruentes com o sujeito produtor” (ETGES, 2011, p. 66). Por esse lado, a validade de um constructo científico não deve ser buscada por meio de uma verificação empírica do objeto. Essa legitimação virá do consenso entre os sujeitos mediante o estabelecimento de comunicações construtivas e democráticas entre eles.

No que tange à interdisciplinaridade, Etges (2011) a concebe como uma forma de transposição ou deslocamento de um constructo científico para outro. Todavia, esse deslocamento não deve resultar na homogeneização desses conhecimentos ou no estabelecimento de um saber unitário. Por conseguinte, propõe uma interdisciplinaridade construtiva, que incite a criação de novas teorias para aumentar a liberdade efetiva dos homens frente ao mundo, fundada no trabalho dos cientistas e que vê a Ciência como a produção de novos mundos adequados aos sujeitos, como uma totalidade fechada e completa em si, cuja abertura é pela linguagem.

Ao defender que o ato interdisciplinar ocorre por meio da transposição de um constructo para outro, Etges (2011) propõe que esse deslocamento seja feito por meio das seguintes estratégias: o “estranhamento” (tentativa de colocar seu constructo em contextos que lhe são estranhos) e o “esclarecimento” pelo método de outra ciência.

A interdisciplinaridade, mediante a articulação das diferenças entre os saberes, é a concepção trazida por Roberto Follari (2011) em seus dois capítulos “Algumas considerações práticas sobre interdisciplinaridade” e “Interdisciplina e dialética: sobre um mal-entendido”. Em seus textos, esse autor busca resgatar o contexto político e econômico, que resultou no surgimento do movimento interdisciplinar. Para o autor, o “interdisciplinar surge nos anos setenta como reação do capitalismo diante de seus próprios problemas de legitimação” (FOLLARI, 2011, p. 124).

O autor também busca a superação de eventuais equívocos quanto às concepções de interdisciplina e dialética. Nessa lógica, entende-as como duas vertentes epistemológicas necessárias para uma correta compreensão da história social. Todavia, considera errônea a indistinta vinculação entre elas. Isso porque, enquanto a dialética serve como método na ideia marxista da totalidade social, a interdisciplinaridade valoriza a especificidade das ciências na produção e propagação do conhecimento, e não almeja necessariamente a “unidade” objetivada pela dialética.

O autor também se dedica a indicar condições práticas as quais considera necessárias para a implementação do trabalho interdisciplinar nas universidades. Nesse íterim, indica que a interdisciplinaridade demanda uma organização estrutural coerente para que possa funcionar. Caso contrário, o desenvolvimento de práticas pedagógicas e/ou pesquisas interdisciplinares em instituições organizadas em departamentos seria impossível. Nessa lógica, sugere uma organização universitária com base em projetos de pesquisa específicos, em que, ao invés de departamentos, os docentes seriam organizados a partir das necessidades e dos interesses inerentes a esses projetos.

Ademais, Follari também se posiciona quanto ao modo adequado de se formar interdisciplinarmente os alunos. Nesse íterim, afirma que existem dois tipos de carreiras: as que correspondem especificamente a uma Ciência, como o licenciado em Biologia, e, nesses casos, a aprendizagem sistemática dessa Ciência corresponde às necessidades epistemológicas da profissão. Assim, a interdisciplinaridade entra nos últimos anos de formação, após amplo estudo da área a partir dos primeiros anos unidisciplinares ou pluridisciplinares.

Por outro lado, as áreas profissionais como Medicina ou Engenharia estão no campo das aplicações. Nesse sentido, a formação desses profissionais demanda a

contribuição de diferentes ciências. Segundo o autor, para esses tipos de carreira, a interdisciplinaridade é considerada como constitutiva, devendo estar presente desde o início da formação ou vir imediatamente após uma breve formação disciplinar. Nesse ponto de vista, o critério fundamental para a escolha dos conteúdos curriculares é a prática profissional.

A partir dessa escolha, será feita a opção pelos momentos de formação uni e interdisciplinar, devendo haver o predomínio deste último. Todavia, o autor chama a atenção para alguns obstáculos a uma formação interdisciplinar. Dentre eles, destacamos a questão orçamentária, visto que a implementação de um empreendimento interdisciplinar “não é barata”.

Fritz Wallner, por meio de seu texto “Sete princípios da interdisciplinaridade no realismo construtivista”, coaduna com a concepção dos demais autores no sentido de conceber a prática interdisciplinar como uma ação voltada à diferenciação, à contradição e à autonomia da identidade dos sujeitos, que, de forma colaborativa, estão construindo saberes.

Nesse texto traduzido por Norberto Etges, Fritz aponta sete princípios que se constituíram como fundamentos teóricos para o seu projeto de pesquisa *Formação de Redes e Contradição*. Por analogia, o autor considera que esses princípios também seriam fundamentais para o desenvolvimento da interdisciplinaridade.

Os princípios apresentados pelo autor são: (1) auto-organização, (2) aprendizagem social, (3) estranhamento, (4) Ciência como meio de comunicação, (5) abertura, (6) contradição e (7) formação em redes. Como propõe a concepção realista inaugurada no século XIX, o autor reflete sobre os aspectos do desenvolvimento do conhecimento e da Ciência de maneira mais objetiva e racional, interpelando, assim, a visão romântica e idealizadora presente na proposição da “unidade do saber”, mas sem extinguir o papel do sujeito e suas implicações sobre o objeto, visão defendida pelo construtivismo de Piaget.

Antônio Joaquim Severino contribui com essa obra coletiva por meio do texto “O uno e o múltiplo: o sentido antropológico do interdisciplinar”. Com base no pensamento de Marx, Engels e Gramsci, a partir de um enfoque antropológico, coloca a interdisciplinaridade como uma possibilidade de equilíbrio entre o uno e o múltiplo, rompendo, então, com um saber puramente relativo com o ser e o fazer (preocupação epistemológica). Por esse lado, traz ao debate um saber que penetra questões de natureza ética e política.

Segundo o autor, a educação está num contexto de mediações histórico-sociais, que manifestam e efetivam a existência humana na realidade e, desse modo, possui o papel de humanização, por meio da transmissão de conhecimentos científicos e técnicos e,

principalmente, da mediação da apreensão das redes políticas da realidade social, agindo como uma força de transformação da sociedade.

Todavia, advoga que há, historicamente, um caráter fragmentário da educação, representado pela não integração dos conteúdos dos componentes curriculares e das práticas didáticas, pela visão de cultura como multiplicidade (sem unidade interna), pela falta de finalidade específica na escola, pela desarticulação da vida na escola com a vida da comunidade etc.

Sendo assim, sustenta que a fragmentação da prática da escola pode ser superada mediante o estabelecimento de um projeto educacional, com propostas e planos articulados de ações em função de intencionalidades, articulando e convergindo as ações que eram isoladas, visando à escola como um sujeito coletivo.

Com base no arrazoado apresentado pelo autor, entendemos que a sua compreensão de interdisciplinaridade se afasta dos demais articulistas da obra. Esse entendimento se refere, sobretudo, à dicotomia estabelecida entre “unidade x fragmentação”. Essa oposição, a nosso ver, se aproxima da concepção hegemônica de interdisciplinaridade, que vê, na multiplicidade e na fragmentação do conhecimento, uma espécie de enfermidade, que, por sua vez, só pode ser curada por meio do retorno à unidade do saber.

O último capítulo que compõe a obra, denominado “Interdisciplinaridade, pesquisa e formação de trabalhadores: as interações entre o mundo do trabalho e da educação”, tem, como autores, Rafael Rodrigo Mueller, Ari Paulo Jantsch e Lucídio Bianchetti. Nesse texto, os autores discutem os fatores que foram determinantes para as transformações sociais, econômicas, de produção e da educação nos diferentes momentos da história. Na visão dos articulistas, é preciso considerar tais momentos históricos para compreender as diferentes perspectivas da produção do conhecimento, da formação profissional e do trabalho, ora taylorizada, ora toyotizada.

Nessa lógica, consideram que a interdisciplinaridade foi concebida, em termos de discurso e de prática, como um conceito ligado ao capitalismo, pois buscava a formação de profissionais mais adequados ao mercado capitalista (flexível e adaptável às mudanças). Essa concepção coaduna com o entendimento apresentado por Follari, que também associa o surgimento da interdisciplinaridade aos interesses do capitalismo.

Desse modo, a interdisciplinaridade teria como finalidade mascarar as assimetrias existentes entre as diferentes classes sociais. Ademais, a formação de trabalhadores, nesse ‘viés interdisciplinar’, tende a atender aos interesses do capital.

Reforçando a pertinência dos aspectos históricos e da totalidade na determinação dos modelos de produção (educação e trabalho), os autores citam um fragmento das falas dos personagens Lulu e Militinha, do filme *A classe operária vai ao paraíso* (PETRI, 1971). Essa produção cinematográfica narra a história de dois funcionários de uma fábrica de peças que resolvem descobrir em que máquina são usadas as peças que eles produzem (onde se encaixa essa peça?). Trata-se de uma crítica clara ao modelo taylorista-fordista, que fragmenta o trabalho e gera impactos diretos na produção do conhecimento e na educação, haja vista a estreita relação entre ambos (trabalho e escola).

A partir disso, os autores reforçam que a interdisciplinaridade tem sua gênese imposta pela natureza das coisas, e não por uma vontade própria dos sujeitos. Para os autores, a perspectiva taylorista-fordista já não era satisfatória sob nenhum ponto de vista para o mundo do trabalho, e é dessa realidade que emana a necessidade da interdisciplinaridade. Em outras palavras, a interdisciplinaridade não é somente uma panaceia para o problema da fragmentação do saber (patologia do saber), mas uma resposta ao momento histórico em que as especializações passaram a impactar nas relações dos diferentes campos do conhecimento.

Concluindo, os autores respondem à questão de Kosisk (1976, p. 85): “que tipo de homem, dotado de que particularidades psíquicas, deve ser criado pelo sistema, a fim de que o próprio sistema possa funcionar?”. Para os autores, o sistema pede um profissional generalista, o suposto trabalhador interdisciplinar, porque essa é a demanda do mercado capitalista. A nosso ver, os interesses do capital, que sustentam as iniciativas no campo educacional em prol da formação de profissionais generalistas, é um importante sinal de alerta para qual tipo de educação efetivamente se almeja por meio da prática interdisciplinar.

É importante lembrar que o termo interdisciplinaridade é bastante recorrente nos documentos educacionais oficiais, sendo concebido a partir de uma perspectiva salvacionista em defesa da superação de um modelo de ensino tradicional e fragmentado. Todavia, na prática, a interdisciplinaridade tem sido utilizada como justificativa para modificações curriculares que reduzem os conteúdos ensinados nas disciplinas em favor de uma falsa “integração de saberes”.

Trazendo essa discussão para o campo da formação de professores, há de se ter especial atenção às mudanças impostas aos cursos de licenciatura, em decorrência da implementação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). A BNCC, a nosso ver, tende a provocar nos currículos uma perigosa superficialização e homogeneização dos conteúdos escolares, usando a interdisciplinaridade e a integração curricular como

justificativa para essas mudanças. Contudo, esse novo ‘modelo de escola e de currículo’ tende a reduzir a autonomia intelectual do professor e, em prol de um ensino interdisciplinar e por área do conhecimento pode reduzir e precarizar ainda mais os espaços de atuação profissional docente.

Diante do contexto apresentado, torna-se fundamental a superação de concepções distorcidas e/ou equivocadas sobre interdisciplinaridade. A nosso ver, a construção de uma concepção crítica de interdisciplinaridade proposta por essa obra tende a nos auxiliar nesse processo.

Recebido em: 29 de outubro de 2021

Aceito em: 08 de novembro de 2021

Referências

JANTSCH, Ari Paulo; BIANCHETTI, Lucídio (org.). *Interdisciplinaridade: para além da Filosofia do Sujeito*. 9ª ed. Petrópolis: Vozes, 2011. 208 p.

PETRI, Elio. *A Classe Operária Vai ao Paraíso* (La Classe Operaia Va in Paradiso, Itália, 1971). (Filme-VHS). Direção de Elio Petri, Produção de Ugo Tucci, Argumento e Roteiro de Elio Petri e Ugo Pirro. Euro International Films, 125 min aprox., cor, som.